

DÍVIDA EXTERNA

Funaro explicará ao FMI déficit de Cr\$ 90

BRASÍLIA — O quadro da economia brasileira que a missão que vai a Washington esta semana apresentará ao Fundo Monetário Internacional (FMI) não é dos mais animadores. Os números disponíveis até agora indicam que o País deverá fechar o ano com um déficit operacional superior a Cr\$ 90 trilhões, o que representará algo em torno de 7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), projetado em Cr\$ 1,3 quatrilhão.

A dimensão desse déficit pode ser melhor avaliada quando comparada com o resultado obtido no ano passado: o País registrou um déficit operacional de cerca de 2,5 por cento do PIB. Já é considerado como fora de questão nos meios oficiais que o Brasil fechará 1985 com um déficit operacional superior ao do ano passado, mesmo que o Governo resolva adotar medidas adicionais de redução de gastos ou aumento de impostos.

Quando a última missão do FMI esteve no País, em maio deste ano, o déficit operacional para 85 foi esti-

mado em Cr\$ 66 trilhões. De lá para cá, as dificuldades foram aumentando no subsídio ao trigo (cuja última estimativa já aponta para gastos superiores a Cr\$ 7,5 trilhões), na comercialização de produtos agrícolas e na conta açúcar/álcool.

O Governo teve que computar também as despesas com a cobertura do "buraco" do Sulbrasileiro, o crescimento de endividamento dos Estados e Municípios, incluindo as empresas estatais estaduais, e, nos últimos dias, está se defrontando com uma nova dificuldade de grandes dimensões: as necessidades de financiamento externo das empresas estatais federais previstas no Plano de Dispêndios Globais (PDG), recentemente aprovado pelo Presidente José Sarney, não são compatíveis com a programação do orçamento monetário.

Isto significa que os recursos em dólares que as estatais necessitam para "rolar" as parcelas de suas dívidas que vencem este ano e, para

pagar os juros dessas mesmas dívidas, não encontram contrapartidas em cruzeiros na programação do orçamento monetário. O Governo ainda está calculando o valor exato dessa diferença.

A missão que vai a Washington não mostrará também números favoráveis para a expansão da base monetária (emissão primária de moeda) em 1985. A meta inicial do Governo, que foi anunciada em maio último pelo ex-Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, era de uma expansão de 150 por cento para a base monetária este ano.

Ninguém no Governo acredita agora que a expansão da base fique abaixo dos 200 por cento. As estimativas feitas pelos técnicos apontam para uma expansão em torno dos 250 por cento este ano. Da mesma forma, a taxa de inflação deste ano não ficará em torno dos 200 por cento, como havia fixado tamb'ém em maio o ex-Ministro Francisco Dornelles. Trabalha-se hoje no Governo com

uma estimativa de inflação anual em torno de 220 por cento.

A missão que vai a Washington e que será chefiada pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ainda não deverá discutir as metas para o próximo ano. O seu objetivo principal, segundo técnicos governamentais, será apresentar os números da economia brasileira para este ano e checar dados estatísticos com os técnicos do FMI. A discussão do programa de ajustamento para 1986 será feita posteriormente, segundo as mesmas fontes.

O fato é que os números que serão apresentados estão bastante distantes daquelas metas que inicialmente o FMI desejava que o Brasil cumprisse este ano. O Governo deverá apresentar projeções que indicam um déficit potencial em torno de 7 por cento do PIB, quando a intenção inicial do Fundo Monetário era de que o País terminasse 1985 zerando o seu déficit.

trilhões